



Uma análise discursiva das designações em “Bela, recatada e do lar”
 A Discursive Analysis of the Terms in “Beautiful, Maidenlike and a
 Housewife”

Marco Antônio Adamoli
 Instituto Federal Sul-rio-grandense

Elisane Pinto da Silva Machado de Lima
 Instituto Federal Sul-rio-grandense

Resumo

Mesmo com o avanço das discussões sobre gênero e com a conquista de papéis importantes em nossa sociedade, as mulheres ainda não se livraram do peso da violência simbólica advinda de segmentos sociais portadores de concepções e de atitudes androcêntricas, as quais estão ancoradas em práticas e discursos historicamente construídos. Neste estudo, a partir dos pressupostos da Análise de Discurso de Pêcheux, apresentamos um gesto de análise acerca das designações presentes na matéria da revista *Veja*, “Bela, recatada e do lar”, acerca da primeira-dama Marcela Temer. Como mostraremos, o funcionamento de tais designações remete a uma posição-sujeito filiada a uma formação discursiva androcêntrica, que relega a mulher a uma condição de inferioridade e invisibilidade. No ensaio a seguir, mostraremos também que o preconceito às mulheres pode fazer-se presente mesmo no uso de algumas palavras aparentemente inocentes, como foi o caso das designações empregadas na matéria da Revista *Veja* sobre Marcela Temer.

Palavras-chave: Análise de Discurso, designações, androcentrismo.

Abstract

Even after all the progress regarding gender discussions and the achievement of important roles in our society, women still cannot be free from the burden of the symbolic violence, which comes from social groups that hold androcentric conceptions and attitudes, linked to historically built types of practices and discourses. In this study, based on Pêcheux’s Discourse Analysis, we analyze the designations found in an article in the *Veja* magazine about Brazil’s first lady, Marcela Temer: “Beautiful, maidenlike and a housewife”. As we will show, this type of designation is related to a subject-position connected to an androcentric discursive formation, which understands the woman in inferior and invisible conditions. In the following essay, we will also evidence that the prejudice against women can be found even in apparently innocent words, like those used in the article from the *Veja* magazine about Marcela Temer.

Keywords: Discourse Analysis, designation, androcentrism.



Resumen

Aunque haya avance en las discusiones sobre género y conquista de roles importantes por las mujeres en nuestra sociedad, persiste el peso de la violencia simbólica proveniente de segmentos sociales portadores de concepciones y de actitudes androcéntricas, que están ancladas en prácticas y discursos históricamente contruidos. En este estudio, basado en el Análisis del Discurso de Pêcheux, presentamos un modelo de análisis acerca de las designaciones presentes en el titular del reportaje de la revista *Veja*, “Guapa, recatada y del hogar”, sobre la primera-dama Marcela Temer. Como mostraremos, el funcionamiento de tales designaciones remite a una posición sujeto afiliada a una formación discursiva androcéntrica, que relega la mujer a una condición de inferioridad e invisibilidad. En el ensayo a seguir, señalaremos también que el prejuicio a las mujeres puede hacerse presente incluso en el uso de algunas palabras aparentemente inocentes, como fue el caso de las designaciones empleadas en el reportaje de la Revista *Veja* sobre Marcela Temer.

Palabras-clave: Análisis del Discurso, designaciones, androcentrismo.

1. Introdução

Um dia após a instalação no Congresso Nacional da admissibilidade do processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, a revista *Veja*, em sua versão *on-line* do dia 16/04/2016, publicou matéria¹ na qual apresentava um perfil de Marcela Temer, esposa do Presidente da República Michel Temer (PMDB-RJ). Pela primeira vez, Marcela Temer ganhava os holofotes de uma das revistas de maior circulação do país. Sob o título *Bela, recatada e do lar*, a matéria² é composta de uma imagem de Marcela e de um texto no qual sobraram adjetivos endereçados a ela. Dessas designações, emergem, como pretendemos mostrar aqui, saberes ideológicos historicamente contruidos sobre as mulheres.

Ao direcionarmos nosso olhar a algumas sequências discursivas de referência (SDRs) presentes nessa reportagem, despertou-nos a atenção o emprego de determinadas marcas linguísticas – notadamente, adjetivos e predicativos –, cujo funcionamento aponta, como veremos, para determinados efeitos de sentido, mostrando a posição-sujeito que ali enuncia. Não obstante, essas designações reforçam um posicionamento preconceituoso em relação às mulheres, o qual acaba por sustentar tal discurso. A fim de observar como se constroem tais sentidos, este artigo analisa o gesto de interpretação do sujeito discursivo envolvendo saberes a respeito das mulheres, expondo os efeitos de sentido que emergem da materialidade linguística, mais precisamente, do emprego de designações presentes em algumas SDRs na matéria mencionada.

¹ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

² Quando da data de publicação da matéria, o hoje Presidente da República do Brasil, Michel Temer (PMDB), ocupava o cargo de presidente interino, período em que tramitava no plenário da Câmara a admissibilidade do processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Vivendo uma relação profissional conturbada com Dilma nos últimos meses antes do *impeachment*, Temer deixou a base do governo, em março de 2016, para apoiar o processo que tramitava na Câmara dos Deputados e que, meses depois, em agosto do mesmo ano, após o final do julgamento no Senado, assumiria definitivamente como Presidente do Brasil.



Recorremos, para empreender nosso trabalho analítico, à Análise de Discurso de Pêcheux (AD), de cujo constructo teórico nos valemos para subsidiar a investigação pretendida. Esclarecemos, desde já, que a escolha de um dispositivo teórico como esse se justifica por reconhecermos, como bem menciona Orlandi (2012), a impossibilidade de um acesso direto ao sentido, já que trabalha a opacidade do texto, a não transparência, na qual vê, atuando, a presença do político, do simbólico e do ideológico. Logo, ao adotarmos neste trabalho o suporte teórico e metodológico da AD, entendemos que alguns conceitos atinentes a essa proposta teórica precisam, aqui, ganhar relevo, os quais – entrecruzados – fornecerão a base necessária para apontar posições-sujeito assumidas – ainda que de forma inconsciente – no discurso.

Para tanto, organizamos o texto em quatro partes principais, sendo que as três primeiras, com a finalidade de subsidiar teoricamente o estudo, convergem para uma quarta, na qual apresentamos a análise discursiva das SDRs. Primeiramente, considerados os propósitos deste estudo, apresentamos sintetizadas as concepções de sujeito e de sentido sob a ótica da AD, bem como os conceitos de formação discursiva e de interdiscurso, tidos como fulcrais para esta análise. Em seguida, tratamos de alguns aspectos gerais concernentes às discussões feitas sobre gênero na atualidade. Logo após, na terceira parte, discorreremos sobre questões atinentes às designações aqui em foco numa ótica discursiva. A análise propriamente dita das SDRs encontra-se na última parte.

2. Questões teóricas

Quando, em seu *Curso de Linguística Geral*, Saussure (1995, p. 21, 22) apresenta uma de suas mais famosas dicotomias – *langue x parole* – e desvincula o individual do social, ele postula que a fala “é sempre individual e que dela o indivíduo é sempre senhor”. Ao argumentar em favor dessa proposição, esse autor dissocia a *parole* de fatores ligados à ordem do histórico e do social, elegendo, assim, a *langue* como objeto de estudo da Linguística, “como o produto que o indivíduo registra passivamente”. Com isso, ele abre mão, em seus estudos, do sujeito enunciativo.

Muitas décadas depois dos postulados saussurianos, a Análise de Discurso de Pêcheux confere ao sujeito lugar de destaque, compreendendo-o fundamentalmente como um ser histórico e ideológico, dando, pois, lugar ao que Saussure havia relegado. Logo, nossa análise enfocará o sujeito discursivo que se pronuncia na matéria veiculada pela Revista Veja, pois



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

nosso foco é observar seus gestos de interpretação, a partir da mobilização de saberes que determinam seu olhar em relação à figura da primeira-dama, Marcela Temer.

A AD considera que o sentido das palavras e de expressões, tal como menciona Pêcheux (1997), não existe ‘em si mesmo’. Em outros termos, isso significa que o sentido não está ligado ao significante, como propôs Saussure, mas, sim, ao que é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo nos processos sócio-históricos em que são produzidas as palavras, expressões e proposições. É a ideologia, segundo Pêcheux (1997, p. 160), que cumpre o papel de determinar os sentidos: “as palavras, expressões, proposições... mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas”. Logo, para esse autor:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar por um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (lexicosintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Pelo fato de o discurso se constituir na incompletude, a questão do sentido torna-se aberta, tendo em vista sua dependência da Formação Discursiva (FD) a que pertencem os sujeitos. Esse é o motivo, pois, pelo qual o sentido, conforme mencionamos anteriormente, sempre pode ser outro, justamente por ser determinado pelas formações discursivas. Considerando, então, a base teórica da AD, o sentido não possui origem nos interlocutores ou na língua usada por estes, mas corresponde a um efeito do processo de interlocução.

Cabe-nos, aqui, fazer menção ao conceito de formação discursiva, a qual, conforme Pêcheux, “é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina ‘o que pode e deve ser dito’” (PÊCHEUX, 1997, p. 147). Esse conceito é complementado por Orlandi, para quem diz que tal noção “permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (ORLANDI, 1999, p. 43). Portanto, são as FDs que, em um dado momento histórico, determinam, no discurso do sujeito, o sentido do seu dizer. Como refere essa autora, por meio do processo de identificação, o sujeito se inscreve em uma FD



por meio da qual suas palavras passam a ter um sentido sob um modo que lhe parece natural. Isso é resultando do mecanismo ideológico, pois, segundo Pêcheux,

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascarem, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1997, p.160).

Assim sendo, o sujeito desconhece o modo como os sentidos o afetam, tendo a ilusão de que a relação entre a língua e aquilo que diz é natural, evidente e inequívoca. No entanto, o sentido é uma “relação determinada do sujeito com a história e é o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua na produção dos sentidos” (ORLANDI, 1995, p. 17).

Consensual em AD, o sentido de uma palavra, empregada em um determinado enunciado, é visto pela sua incompletude. Isso significa que ele não é local de caminhos determinados, uma vez que nasce do gesto de interpretação; em outros termos, não há sentido sem interpretação: é preciso interpretar para dizer, estabelecer sentido ao que diz. Eis por que, então, há sempre a possibilidade de o sentido ser outro. Por isso, o analista, para realizar seu gesto de análise, deve remeter o discurso a determinada(s) FD(s), as quais são regionalizações do interdiscurso, a fim de que o efeito de sentido seja compreendido, uma vez que ele poderá ser um dentre outros. Courtine desenvolve a noção de interdiscurso dizendo que é a partir dele que

poderão ser analisadas as modalidades de assujeitamento. Com efeito, o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante que produz uma sequência discursiva dominada por uma formação discursiva (FD) determinada, os objetos de que esse sujeito enunciadador se apropria para fazer deles objetos de seu discurso, bem como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciadador vai dar uma coerência a seu propósito... (COURTINE, 1981, p. 54).

Sendo assim, faz-se presente, no interdiscurso, uma voz que se apropria de outros discursos que são reatualizados, fazendo surgir novos dizeres. Esse é, portanto, o instante em que aquele que fala torna-se, por meio da interpelação ideológica, sujeito de seu discurso, conforme definiu Althusser (1992) em sua obra *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Para



Pêcheux (1997), tal interpelação, a qual transforma os indivíduos em sujeitos de seu discurso, se deve às formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

De acordo com Pêcheux, o sujeito discursivo “se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina’ (PÊCHEUX, (1988 [1975], p. 163). O sujeito apresenta uma característica que lhe é peculiar, qual seja, é constituído de dois tipos de esquecimentos. O primeiro, chamado de Esquecimento número 1, “não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”. Apresenta, como marca fundamental, a inconsciência, ou seja, é desprovido da consciência da maneira como os acontecimentos passam a fazer para ele sentido. Sendo assim, seria impossível para o sujeito ser a fonte de seu dizer, ainda que creia ser o senhor de suas palavras. Diferentemente do primeiro, o Esquecimento número 2 caracteriza-se pela ilusão do sujeito de que é ele o senhor daquilo que fala, podendo escolher as palavras e controlando o(s) sentido(s) nos enunciados.

Esses dois tipos de esquecimento são necessários ao sujeito, que precisa crer-se como fonte e dono de seu dizer. Assim, tendo a ilusão de que aquilo que fala apresenta um significado apenas, acredita que seu interlocutor captará suas palavras de forma semelhante a ele. O sujeito, então, não pode ser concebido como aquele que possui controle das intenções em seu dizer, uma vez que em AD não há intenções, como se já estivessem em sua origem os sentidos do que diz.

A AD considera que o sujeito, para além de enunciar a partir da(s) posição(ões) ocupada(s) na sociedade, enuncia a partir do lugar ideológico que ocupa. Assim, no instante em que este sujeito profere uma determinada palavra, ativa *processos histórico-sociais* dos quais nem mesmo ele tem consciência. Nesse aspecto, Orlandi (1999) diz que os sentidos não estão contidos apenas nas palavras proferidas nos enunciados, mas, sim, presentes igualmente no exterior à língua, independentes, portanto, das intenções dos sujeitos.

No discurso aqui em análise, há, por meio do uso de um conjunto de palavras, saberes historicamente construídos acerca do papel de submissão e de exclusão ocupado pela mulher na sociedade brasileira ao longo dos séculos, os quais são responsáveis por determinar não só as palavras usadas pelo sujeito discursivo, como também os sentidos que delas emergem; em outros termos, esse sujeito, inconscientemente, se apropria de tais saberes para fortalecer o discurso androcentrista em seu dizer.

3. Discursos habitam corpos: a questão de gênero



As questões de gênero na sociedade brasileira são ainda marcadas por uma forte tensão de poder, gerando desigualdades entre homens e mulheres e fortalecendo-se no interior de determinados grupos sociais cujas práticas e discursos excludentes submetem-nas, muitas vezes, à invisibilidade. Graças ao surgimento de movimentos feministas, que ganharam força, principalmente no século passado, cria-se um tipo de discurso, até então inexistente, pautado pela luta das mulheres em prol de seu espaço na sociedade. Tais movimentos promoveram, conforme aponta Butler (2010), o surgimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente, com o objetivo de promover a sua visibilidade política, tirando-as, assim, da condição de invisibilidade a que estiveram submetidas ao longo dos séculos. Iniciavam-se, assim, discussões sobre a constituição das mulheres como sujeitos políticos, partícipes da sociedade, não somente para fazer parte desta, mas, sobretudo, para ajudar a construí-la e a modificá-la com seu trabalho.

Desenvolve-se no campo discursivo, como dissemos, um discurso em defesa da visibilidade política feminina, já que, como mencionou Butler, “a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada” (2010, p. 18). A autora adverte, no entanto, que não

basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação (BUTLER, 2010, p. 19).

Louro (1997) menciona que esses movimentos feministas foram criados com o intuito de as mulheres saírem da ocultação imposta pelo homem ao longo dos séculos e se tornarem visíveis para a sociedade. Embora se reconheçam grandes conquistas das mulheres ao longo dessas décadas, vivemos, como afirma a autora, em uma sociedade falocêntrica, na qual ainda reina o homem, posição essa que, segundo Bourdieu, se “afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social que confere aos homens a melhor parte” (BOURDIEU, 1999, p. 45). Para o autor, o androcentrismo, por meio do *habitus*, torna-se uma prática adotada inclusive por muitas mulheres.

Em nosso país, a origem disso remonta ao Brasil colonial, período em que as mulheres passaram a ser vítimas de preconceitos tanto da parte do Estado, quanto da parte da Igreja



Católica, sabendo esta explorar as relações entre homens e mulheres por meio de um discurso que foi decisivo para a construção de uma imagem de mulher servil, submissa e frágil, presa ao reduto do lar. A moral dominante da Igreja Católica contribuiu, e muito, segundo Louro, para a construção de uma imagem feminina ideal:

Ainda que a República formalizasse a separação da Igreja Católica do Estado, permaneceria como dominante a moral religiosa, que apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria. A escolha entre esses dois modelos representava, na verdade, uma não-escolha, pois se esperava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela imagem de pureza da Virgem. Através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas (LOURO, 2006, p. 447).

As diferenças de gênero construídas ao longo dos anos – e fortalecidas por grupos sociais determinados – não cessaram, porém, com o surgimento e o fortalecimento dos movimentos feministas; ao contrário, são reiterados continuamente discursos excludentes endereçados à mulher, como poderemos observar na análise apresentada na quinta seção deste trabalho.

4. Para além do sentido dicionarizado

Nas SDRs tomadas aqui como objeto de análise, deteremos nosso olhar especificamente nas designações, identificadas pela presença de adjetivos e de locuções adjetivas, que serviram para qualificar positivamente a primeira-dama e seu marido Michel Temer, mas cujo funcionamento discursivo permite-nos, como veremos na próxima seção, pensá-los sob outro viés, em que são apontados efeitos de sentidos a partir de tal uso.

O processo de designação é aqui entendido nos mesmos termos que o proposto por Guimarães (2005), qual seja, a de um recorte do mundo carregado de historicidade. Conforme esse autor, designação remete à significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. “Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

Para esse autor, o sentido atribuído hoje a um termo, em um discurso específico, é o produto de um processo de nomeação iniciado no passado. Ou seja, se hoje esse mesmo termo



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

significa de uma forma, e não de outra, é porque ele carrega sua historicidade de nomeações e de referências realizadas³. Na visão do autor, é isso, portanto, que constitui as designações. Concebê-las, então, como uma referência específica a determinado nome excluiria as diversas maneiras pelas quais diferentes designações se referem ao mesmo sujeito.

Indo nessa direção, pensamos a designação como uma construção resultante não só de operações linguísticas, mas também de processos discursivos aí envolvidos. Sendo assim, propomos identificar indícios que, em uma ligação particular do acontecimento discursivo com aquilo que é evidenciado pelo interdiscurso, permitam considerar válidos, por meio do uso das designações presentes nas três SDRs analisadas, sentidos outros atribuídos à personagem aqui em foco, questão da qual nos ocuparemos na próxima seção.

Eis as três SDRs a serem analisadas:

SDR1 – Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”

SDR2 – Marcela Temer é uma mulher de sorte.

SDR3 – Michel Temer é um homem de sorte.

Nessas SDRs, tais designações organizam-se como componentes linguísticos presentes na matéria jornalística – chamados, pela gramática tradicional, como adjetivos e locuções adjetivas –, que caracterizam um nome, delimitando-o, segundo podemos observar pela definição encontrada em uma gramática da Língua Portuguesa: “É a classe de lexema que se caracteriza por constituir a *delimitação*, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitadamente a referência a uma *parte* ou a um *aspecto* do denotado.” (BECHARA, 2007, p. 142).

Quando, como visto anteriormente, partilhamos do pensamento de que as palavras mudam de significado segundo as posições ideológicas que estão em jogo nos processos sócio-históricos, recebendo “seus sentidos de formações discursivas em suas relações” (ORLANDI, 1999, p. 46), estamos chamando a atenção para o fato de que os sentidos oferecidos pelo dicionário praticamente se esvaziam, perdendo seu efeito. Logo, ao rejeitarmos o pensamento de que os significados atribuídos a um termo pelo dicionário são verdades indiscutíveis, estamos concordando com a ideia de que fatores exteriores, como o social e o histórico, participam do processo de significação de uma palavra.

³ No âmbito da AD, diríamos que o sentido desse termo seria oriundo da formação discursiva da qual este provém.



Assim, uma consulta a um dicionário da língua portuguesa nos mostraria que o termo *recatada*, presente na SDR1, por exemplo, possui vários sentidos, entre eles, os de *tímida*, *casta*, *prudente* e *modesta*. Logo, a tomada de qualquer um desses sentidos não pode e não deve ser concebida como uma escolha trivial por parte do sujeito discursivo ao qualificar com designações positivas Marcela Temer. Dizemos que são positivas tais designações por reconhecermos a existência de saberes construídos historicamente que nos permitem remeter “*bela*, *recatada* e “*do lar*”” a atribuições afirmativas endereçadas a uma mulher. Considerando, então, o que acabamos de mencionar, analisaremos as designações que, ao serem reportadas à Marcela Temer, permitem outros efeitos de sentido, mobilizando dizeres e sentidos outros que a legitimam como deve ser a mulher ideal para um chefe de estado.

5. Um recorte, alguns sentidos

No *corpus* discursivo em questão, fazem-se presentes determinados termos e expressões que, aparentemente, teriam a função de qualificar positivamente a primeira-dama Marcela Temer. De acordo com a linguística imanente, esses elementos linguísticos são apontados como qualificadores de um nome, mas, como mostraremos a seguir, o funcionamento discursivo desses termos na materialidade linguística aponta a existência de um discurso preconceituoso, carregado de valores sócio-historicamente constituídos a respeito da mulher. Nosso gesto de análise irá na direção de salientar que emerge um conjunto de saberes provenientes do interdiscurso, os quais foram produzidos por diferentes sujeitos em distintas épocas e lugares.

Inicialmente, lançamos mão da SDR1 presente no título da matéria jornalística – *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”* –, a qual veicula saberes discursivos construídos ao longo da história sobre cada uma das três denominações, quais sejam, *bela*, *recatada* e “*do lar*”. A primeira designação presente nessa SD é *bela*, elemento que funciona linguisticamente como um dos caracterizadores usados pelo sujeito discursivo endereçados à esposa do presidente Michel Temer e que apresenta um juízo de valor sobre ela: Marcela Temer é uma mulher bonita. A questão, entretanto, que nos interessa aqui discutir é o que essa palavra tem a dizer discursivamente e qual o efeito de sentido que emerge de tal emprego em um discurso como esse.

A carga ideológica por trás dessa formulação aparentemente banal, nesse discurso em específico, deixa entrever a força de um discurso que foi se constituindo ao longo da história –



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

e constantemente reiterado pela mídia – acerca das mulheres, sustentado por uma visão dominante que considera apenas as mulheres belas motivo de admiração e de desejo, descartando as que são desprovidas dos atributos atinentes ao padrão de beleza feminino construído culturalmente. Assim, é do interdiscurso, ou seja, “do conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”, segundo (ORLANDI, 1999, p. 33), que advêm dizeres sinalizando qual deve ser o perfil ideal de mulher, no qual deverão se fazer presentes a beleza, a elegância, a jovialidade.

Com efeito, da força desse discurso advém a segregação das mulheres, dividindo-as em grupos (as belas de um lado, as desprovidas de beleza de outro) e excluindo-as da participação de algumas funções e de determinados setores da sociedade. Ser bela, então, torna-se uma afirmação de poder, de maneira que a não adequação a esse contexto historicamente construído, que perpetua concepções de belo e feio marcadas por admiração/atração *versus* repulsa, confirma o androcentrismo pelo qual, de alguma forma, ainda somos constituídos. Assim sendo, ao atribuir-se essa designação à Marcela Temer, reafirma-se uma posição discursiva de intolerância para com as mulheres que se distanciam da ditadura da beleza imposta pela sociedade.

O termo *recatada*, por sua vez, é outra designação usada pelo sujeito discursivo com a finalidade de também caracterizar positivamente a primeira-dama, trazendo, conforme apontam os dicionários, os sentidos de “quieta, tímida, envergonhada”. Tal como a palavra *bela*, surgem do uso dessa designação alguns saberes resgatados pelo interdiscurso. Historicamente construídos e aceitos pela/na sociedade, esses saberes mostram a visão política e ideológica do que é ser uma mulher ideal, perspectiva essa que diz como ela tem de ser e se comportar socialmente, devendo ser tolhida e comedida e ter total controle do corpo e do desejo. Nesse enunciado, a presença de *recatada* confirma o fato de que a mulher brasileira carrega o fardo do discurso moralizante que tem origem, como dissemos na seção anterior, em práticas do catolicismo, o qual ainda permanece ditando regras e comportamentos a serem seguidos pelas mulheres.

No *corpus* discursivo em questão, há outros enunciados pertencentes à formação discursiva falocêntrica que se relacionam e se articulam com essa SDR, constituindo-se, assim, uma teia discursiva que irá sustentar e fortalecer a posição assumida pelo sujeito discursivo acerca de Marcela Temer e das mulheres como um todo. É o caso das SDRs *aparece em público pouquíssimas vezes/gosta de vestidos na altura dos joelhos/gosta de cores discretas/foi acompanhada pela mãe no primeiro encontro com Michel Temer*, as quais



remetem à memória discursiva de que comportamentos como esses são os esperados pelos homens, que desejam casar-se com mulheres discretas e comportadas e que aceitem ordens, enquanto permanecem em casa cuidando dele, dos filhos e dos afazeres domésticos.

O sujeito discursivo conclui a sequência de termos atribuídos à Marcela Temer com o emprego da designação “do lar”. Por meio dessa expressão, percebemos também aqui a presença de saberes sócio-históricos referentes à mulher. Mais uma vez o sujeito discursivo resgata do interdiscurso esses saberes preconceituosos, segundo os quais uma mulher “do lar” é vista perante a sociedade como a ideal para o casamento, servindo de modelo às demais. Swain chama a atenção para o fato de que “as representações sociais, em um tempo e local determinados, são também reatualizações de imagens que permanecem alojadas nos nichos do interdiscurso” (SWAIN, 2001, p. 15). Assim, com o uso de tal expressão no discurso veiculado pela revista *Veja*, observamos uma atualização desses valores endereçados às mulheres, muitas vezes camuflados de misoginia, como fica claro nesta SD: *Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também.*

Em suma, a primeira-dama é relegada a uma vida servil, cuja função é cuidar do lar, dos filhos e satisfazer o chefe da família, sustentando, assim, uma prática social de exclusão e de submissão do feminino. Articuladas, essas três designações veiculam saberes que ratificam a inscrição do sujeito discursivo a uma FD preconceituosa, machista, como pode ser constado mais uma vez por este enunciado: *é o braço digital do vice. Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente*, tudo isso numa condição de quase invisibilidade social atuando na esfera do privado.

Uma vez mais a mulher é concebida sob o olhar machista. Esse sentido de mulher encontrou amparo, como lembra Swain, no discurso religioso, para o qual ela tem de servir o marido. Essa autora lembra que somente

os discursos religiosos integristas ou de extrema direita se permitem, na atualidade, declarações de um tal teor pejorativo sobre as mulheres; entretanto, os ditos populares, as piadas, as letras de música e as representações sociais que encontramos em imagens e textos midiáticos reformulam o atrelamento da mulher a seu corpo e à natureza “feminina” (SWAIN, 2001, p. 17).

A outra SDR de que nos ocuparemos inicia a matéria – *Marcela Temer é uma mulher de sorte*, funcionando como mote para enumerar outras qualidades e características que fazem



de Marcela Temer, segundo o sujeito discursivo, uma mulher de sorte. Essa SDR compreende um enunciado cuja estrutura não apresenta complexidade e cuja linguagem é bastante simples aos interlocutores, não requerendo, pois, esforço de compreensão por parte destes. Discursivamente, ela funciona como uma frase de efeito, da qual destacamos a expressão “de sorte”.

Se recorrermos ao senso comum, constataremos que tal designação remete a um fenômeno que possui a capacidade de influenciar positiva (com sorte) ou negativamente (sem sorte) a vida daqueles que nela creem, sem que haja, para tanto, uma justificativa racional. Aqui no Brasil, como em muitos outros lugares do mundo, há um número expressivo de sujeitos que acredita na existência da sorte e, conseqüentemente, na influência desta em suas vidas. Para estes, a sorte pode vir de forças ligadas ao mundo espiritual.

Poderíamos nos perguntar qual a razão de ser Marcela Temer uma mulher de sorte: por possuir todas as características enumeradas pelo sujeito discursivo que a tornam o sonho de mulher para qualquer homem?; por ser ela casada com o homem que ocupa atualmente o mais alto cargo político do país? Parece-nos que, quando relacionada à visão de sorte advinda do senso comum, a resposta parece estar nessa última possibilidade. Assim, tal designação veicula dizeres que apontam para a direção de que a primeira-dama é uma mulher de sorte por ser casada com um homem importante e poderoso.

Depois de ser descrito todo um comportamento de Marcela Temer – o qual é compreendido como ideal para uma mulher (recatada, do lar, usa vestidos na altura do joelho, gosta de cores claras) –, o sujeito discursivo, mantendo a estratégia discursiva apresentada no início da matéria, finaliza seu discurso arrematando-o com a SDR *Michel Temer é um homem de sorte*. Como vemos, ele repete, no intradiscurso, a mesma estrutura linguística verificada na SDR2, focalizando agora o presidente, mas cujos efeitos de sentido são tão ou mais contundentes quanto os observados na SDR2.

Poderíamos nos perguntar, assim como fizemos anteriormente, por que seria Michel Temer um homem de sorte: por ser casado com uma mulher 43 anos mais jovem e com a qual possui um filho?; por ser casado com uma mulher que possui atributos que despertariam a atenção de qualquer homem?; ou ainda por estar casado com uma mulher “perfeita” e que se contenta a uma condição de quase invisibilidade ao seu lado?

Por meio desse enunciado, percebemos um efeito de sentido que potencializa a posição machista que perpassa todo o texto, verificada já mesmo a partir do título. Considerando, então, todos os saberes veiculados pelas outras SDRs acerca da posição e da



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

concepção que possui o sujeito discursivo acerca do feminino, poderíamos pensar que Temer é um homem de sorte porque há uma mulher que se anula ao seu lado – numa condição de quase invisibilidade –, atendendo aos ideais machistas sócio-historicamente constituídos. Swain diz que “ao feminino, o mundo do sentimento, da intuição, da domesticidade, da inaptidão, do particular; ao masculino, a racionalidade, a praticidade, a gerência do universo e do universal” (SWAIN, 2001, p. 17). Assim é a vida do casal Temer: à mulher, a esfera privada; ao homem, a pública.

6. Algumas palavras a mais

Embora tenha havido muitos avanços em torno das discussões sobre gênero e as mulheres venham conquistando cada vez mais espaços em nossa sociedade, o gesto de análise realizado neste estudo apontou que elas ainda presenciam as amarguras do preconceito advindo de grupos sociais portadores de atitudes machistas, ancoradas em práticas e discursos historicamente construídos. Assim, neste trabalho, procuramos mostrar, baseados nos pressupostos teóricos da AD de Pêcheux, que tal preconceito pode fazer-se presente mesmo no uso de algumas palavras aparentemente inocentes, despreziosas, como foi o caso das designações empregadas na matéria da Revista Veja sobre Marcela Temer, esposa do Presidente da República.

Logo, as escolhas “linguísticas” resultantes do esquecimento número 2, as quais remetem a saberes de uma FD machista, reforçam a ideia da posição de invisibilidade assumida pela primeira-dama, existindo como sombra do presidente, e também como a imagem ideal de esposa de político. Portanto, nesse discurso, há uma posição-sujeito que vê Marcela Temer como uma figura feminina ideal, como o ideal de mulher para um presidente da república.

Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. 16ª reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1999.



BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COURTINE, Jean-jacques. *Analyse Du discours politique*. Languages, n62, juin, 1981.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2ª ed., 2005.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 443-481.

LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação – Uma perspectiva pós-estruturalista*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ORLANDI, E. *Interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, E.P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, E.P. *Discurso e Texto: formulações e circulação dos sentidos*. 4ª Edição, Pontes Editores. Campinas, SP, 2012.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, ed. 20, 1995.

SWAIN, T.N. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “feministas”. In.: *História: Questões & Debates*. n. 34, p. 11-44, 200. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 2001.